



Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Política Social e Gestão de Serviços Sociais

Atena
Editora

Ano 2019



Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Política Social e Gestão de Serviços Sociais

Atena
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P769	Política social e gestão de serviços sociais [recurso eletrônico] / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: Word Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-756-7 DOI 10.22533/at.ed.567192511 1. Política social. 2. Serviços sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de. CDD 361
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Conforme uma tendência verificada em escala mundial, a proteção social brasileira teve sua trajetória histórica fortemente influenciada pela desigualdade social advinda da expansão do capitalismo industrial e por crescentes lutas dos trabalhadores nos séculos XIX e XX. Porém, destacam-se as especificidades e contextos inerentes de cada região. A realidade brasileira historicamente foi permeada por contradições sociais e econômicas, que tem forte impacto na condução e execução das políticas sociais.

A política social e os bens e serviços sociais emergem das relações sociais de uma sociedade em constante transformação e são produtos de uma arena de conflitos, ao mesmo tempo em que buscam consenso reproduzem a manutenção da ordem e do controle. Logo, a compreensão destes conceitos implica necessariamente em considerar as relações de tempo e espaço da sociedade, assim como a conjuntura econômica, social, cultural e política.

Esta coletânea intitulada “Política Social e Gestão dos Serviços Sociais” apresenta reflexões acerca da concepção da Política Social e da Gestão dos Serviços Sociais, e, questões transversais que influenciaram a concepção, transformação e os movimentos sociais para o seu aprimoramento. Os autores utilizam diferentes metodologias, tais como: revisões bibliográficas, análise documental, abordagens técnicas e qualitativas, pesquisa de campo com entrevistas e estudos de casos. Cabe ressaltar, que a variedade das discussões asseguradas neste exemplar, que é composto por vinte e três artigos, é também intrínseca a configuração do próprio desenrolar da política social, que perpassa por diferentes meandros e tem uma infinidade de possibilidades e desdobramentos.

Este livro reúne uma coletânea de artigos, que foram subdivididos em dois blocos centrais. O primeiro bloco é composto pela contextualização da política social e por reflexões sobre sua influência no processo de trabalho do Assistente Social. Assim, os autores realizam ponderações acerca da conjuntura de institucionalização da política social, com apontamentos sobre o contexto histórico do desenvolvimentismo e pós-desenvolvimentismo na América Latina e elucidação do desmantelamento das políticas sociais na contemporaneidade. Trata-se de uma obra plural, que inclui análises sobre interlocução da política social junto ao processo de trabalho do Assistente Social, abordando mercado de trabalho, a autonomia profissional e reflexão acerca da influência do coronelismo, clientelismo, assistencialismo e da religião no Serviço Social, que são eixos fundamentais para pensar a estruturação desta profissão.

No segundo bloco os autores discorrem sobre políticas sociais públicas, como: Política de Assistência Social, Adolescentes e Jovens, Sistema Penal - Segurança Pública, Racial, Habitação e Saúde. Para tanto, analisam aspectos sobre a pobreza e a conformação da Assistência Social como política pública, abordando inclusive a estruturação da Política Nacional de Assistência Social, do Sistema Único de

Assistência Social e demonstrando variadas experiências locais. Esse conjunto de inquietações foi primordial para adentrar a discussão sobre os adolescentes, jovens e as famílias, que foi analisado sob a ótica da Proteção Social Básica, ato infracional, medidas socioeducativas e do processo de desligamento dos jovens, institucionalmente acolhidos, ao completarem a maioridade.

Na sequência, o livro apresenta uma análise sobre o sistema penal na sociedade capitalista, que possibilitou a discussão sobre os desafios da desigualdade racial, e também foi explanada a situação dos refugiados acolhidos no Brasil e a perpetuação do racismo. Além disso, a obra contempla a discussão sobre a desigualdade socioespacial, incluindo ponderações sobre a conformação dos espaços urbanos, do direito à cidade e das implicações do Programa de Aceleração do Crescimento. E, por fim, apresenta distintas pesquisas realizadas, que versam sobre a avaliação de desempenho, análises documentais, análise da percepção dos gestores sobre o programa do Governo Federal e pesquisas com enfoque nas políticas de saúde.

Ressalto que, na atualidade, os ataques e cortes das verbas para a Educação Pública influem diretamente na restrição do desenvolvimento dos projetos, que indicam à limitação da realização da pesquisa e do alcance dos necessários resultados. Considerando a fragilidade deste cenário torna-se ainda mais essencial visibilizar os estudos técnicos científicos, sobretudo pelos resultados, que são engendrados as lutas sociais e buscam a manutenção e execução das políticas sociais e dos serviços sociais.

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO E PÓS-DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA DOS DISCURSOS CIENTÍFICOS E PRÁTICAS SOCIAIS EMERGENTES NA AMÉRICA LATINA EM SUAS BASES DECOLONIAIS	
Mariza Ferreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5671925111	
CAPÍTULO 2	13
O DESMANTELAMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE	
Thaynara Moreira Botelho	
DOI 10.22533/at.ed.5671925112	
CAPÍTULO 3	23
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE POLÍTICA SOCIAL NO SERVIÇO SOCIAL	
Angela Kaline da Silva Santos	
Lucicleide Cândido dos Santos	
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.5671925113	
CAPÍTULO 4	35
MERCADO DE TRABALHO, TRABALHO E AUTONOMIA RELATIVA DO ASSISTENTE SOCIAL	
Carlos Antonio de Souza Moraes	
Gabriela Mendes Moreira Schocair	
DOI 10.22533/at.ed.5671925114	
CAPÍTULO 5	48
OS REBATIMENTOS DA POLÍTICA CORONELISTA NA ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA BAIXADA FLUMINENSE	
Adriano Pereira Basilo de Oliveira	
Erica Silva de Oliveira	
Vaniele Soares da Cunha Copello	
DOI 10.22533/at.ed.5671925115	
CAPÍTULO 6	62
SERVIÇO SOCIAL E RELIGIÃO/RELIGIOSIDADE: ANÁLISE CRÍTICA DE UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA	
Vinicius Pinheiro de Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.5671925116	
CAPÍTULO 7	74
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – ENTRE O TRABALHO PROFISSIONAL PRECÁRIO E A PRECARIZAÇÃO DOS SERVIÇOS	
Lívia Daniela de Brito Berlandi	
Leana Oliveira Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.5671925117	

CAPÍTULO 8	84
O SUAS NA CONTEMPORANEIDADE: ENTRE AS LÓGICAS DO APERFEIÇOAMENTO E DA RESTRIÇÃO	
Poliana de Oliveira Carvalho Solange Maria Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.5671925118	
CAPÍTULO 9	95
POBREZA, VULNERABILIDADE E PROTEÇÃO SOCIAL NO BAIXO AMAZONAS	
Dayana Cury Rolim	
DOI 10.22533/at.ed.5671925119	
CAPÍTULO 10	107
AS DESIGUALDADES SOCIAIS QUE AFETAM JOVENS E SUAS FAMÍLIAS NO BRASIL EM TEMPOS NEOLIBERAIS E O TRABALHO SOCIAL DO SCFV ARTICULADO AO PAIF	
Rosilene Marques Sobrinho de França	
DOI 10.22533/at.ed.56719251110	
CAPÍTULO 11	118
O ATO INFRACIONAL E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NA CONTEMPORANEIDADE	
Dora Susane Fachetti Miôtto Maria José Coelho dos Santos Eliaidina Wagner Oliveira da Silva César Albenes de Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.56719251111	
CAPÍTULO 12	130
PERSPECTIVAS ACERCA DO PROCESSO DE DESLIGAMENTO INSTITUCIONAL DE JOVENS AO COMPLETAREM A MAIORIDADE, NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL	
Carol Colpo Gubert Bianca Gonçalves de Carrasco Bassi Daniela Tonús	
DOI 10.22533/at.ed.56719251112	
CAPÍTULO 13	145
A EVOLUÇÃO DO SISTEMA PENAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA	
Andressa Silva Veloso	
DOI 10.22533/at.ed.56719251113	
CAPÍTULO 14	156
OS DESAFIOS DA INCLUSÃO RACIL E AS AÇÕES AFIRMATIVAS	
Eliaidina Wagner Oliveira da Silva Maria José Coelho dos Santos Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva Dora Susane Fachetti Miotto Marcelo Plotegher Campinhos César Albenes de Mendonça Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.56719251114	

CAPÍTULO 15	167
REFUGIADOS CONGOLESES: A EVIDENCIAÇÃO DO RACISMO NO BRASIL	
Suellen Felix Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.56719251115	
CAPÍTULO 16	178
REFLETINDO SOBRE A INSERÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL NOS PLANOS DIRETORES	
Sueli do Nascimento	
Celena Pereira Rabello	
DOI 10.22533/at.ed.56719251116	
CAPÍTULO 17	188
A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO URBANO E AS EXPRESSÕES DAS DESIGUALDADES	
Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva	
Maria José Coelho dos Santos	
Eliaidina Wagner Oliveira da Silva	
Marcelo Plotegher Campinhos	
César Albenes de Mendonça Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.56719251117	
CAPÍTULO 18	199
INVESTIMENTOS PÚBLICOS E VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA EM ÁREA DE ZEIS: MORADIAS DE ALUGUEL NA COMUNIDADE DA SERRINHA, FLORIANÓPOLIS-SC	
Raquel Soares	
DOI 10.22533/at.ed.56719251118	
CAPÍTULO 19	212
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO: UM DIFERENCIAL PARA ATUAÇÃO DOS COLABORADORES DO RAMO IMOBILIÁRIO	
Fernando Cavalheiro Silva Da Roza	
Nadya Regina Bilibio Antonello	
Claudia Aline de Souza Ramser	
Letícia Marasca	
Steffani Nikoli Dapper	
Luis Felipe Dias Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.56719251119	
CAPÍTULO 20	233
PERCEPÇÃO DE GESTORES MUNICIPAIS DE SAÚDE DA FOZ DO RIO ITAJAÍ SOBRE O PANORAMA DO PROVIMENTO DO MAIS MÉDICOS	
Marlon Gibb Barreto Zimmer	
Rita de Cássia Gabrielli Souza Lima	
DOI 10.22533/at.ed.56719251120	

CAPÍTULO 21	246
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE (PGRSS) DE UMA GRANDE REDE DE FARMÁCIAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE	
Thâmara Carollyne de Luna Rocha	
Amanda Bastos Castro	
Djalma Coriolano da Silva Júnior	
Rodrigo Lisboa Nunes de Oliveira	
Maria Cleciene Fontes de Oliveira Thomaz	
Débora Dolores Souza da Silva Nascimento	
Stéfani Ferreira de Oliveira	
Maria Joanellys dos Santos Lima	
Williana Tôrres Vilela	
Karolynne Rodrigues de Melo	
Pedro José Rolim Neto	
Rosali Maria Ferreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.56719251121	
CAPÍTULO 22	259
INTERVENÇÕES PARA USUÁRIOS DE DROGAS BASEADAS NA ABORDAGEM COGNITIVO-COMPORTAMENTAL	
Ana Maria da Silva Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.56719251122	
CAPÍTULO 23	268
A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO NO ENFRENTAMENTO DE QUESTÃO SOCIAL: CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	
Rosângela Nascimento Santos	
DOI 10.22533/at.ed.56719251123	
CAPÍTULO 24	280
ATENÇÃO AO CÂNCER DE MAMA: A SISTEMATIZAÇÃO DAS MEDIDAS ORGANIZATIVAS PARA SEU CONTROLE NO BRASIL	
Thaislayne Nunes de Oliveira	
Mônica de Castro Maia Senna	
DOI 10.22533/at.ed.56719251124	
SOBRE A ORGANIZADORA	292
ÍNDICE REMISSIVO	293

O DESMANTELAMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE

Thaynara Moreira Botelho

Doutoranda em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte fluminense Darcy Ribeiro (UENF); mestra em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); pós-graduada em Planejamento e Gestão de Projetos Públicos e Sociais pela Novo Milênio e bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: thaynarambotelho@gmail.com

RESUMO: O debate sobre o desmantelamento das políticas sociais num contexto neoliberal marcado pela crise estrutural do capital é relevante principalmente quando estamos trabalhando com os setores e camadas da população que mais são espoliados e sofrem diretamente as nefastas consequências das perdas de direitos sociais (como é o caso dos movimentos sociais rurais). Contudo, esta discussão se torna complexa uma vez que temos várias vertentes teóricas com interpretações, significações e qualificações diferentes para a mesma política. Há de se destacar que, neste artigo, de revisão bibliográfica, procuramos refletir sobre o caráter dual das políticas sociais por uma análise crítica e que, portanto, nos baseamos em autores que se respaldam no materialismo histórico dialético.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Sociais; Capitalismo; Assentamentos rurais.

THE PARSIMONIOUS SOCIAL POLICIES IN CONTEMPORARY TIMES

ABSTRACT: The debate about the dismantling of social policies in a neoliberal context marked by the structural crisis of capital is relevant mainly when we are working with the sectors and layers of the population that are most spoiled and suffer directly consequences of the loss of social rights (as is the case of rural social movements). However, this discussion becomes complex since we have several theoretical strands with different interpretations, meanings and qualifications for the same policy. It should be noted that in this article, of bibliographical review, we seek to reflect on the dual character of social policies under a critical analysis and that, therefore, we rely on authors who are based on dialectical historical materialism.

KEYWORDS: Social Policies; Capitalism; Rural Settlements.

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente artigo é analisar a dualidade das políticas sociais marcadas pelos ajustes neoliberais, os quais interferem na dinâmica cotidiana dos sujeitos sociais. As políticas sociais ora dão embasamento para a galhardia das massas ora servem como uma

estratégia regulatória do Estado capitalista para amainar as reivindicações e revoluções que possam vir a acontecer.

Pensando em maneiras de clarificar o trabalho dividimos o presente artigo em três momentos, no primeiro elencamos as definições e configurações das políticas sociais feitas por renomados autores que discutem a temática e que possuem uma densa produção bibliográfica sobre o assunto, dentre os quais se destacam os livros de (BEHRING, BOSCHETTI, 2011; BEHRING, 2011; BOSCHETTI et al., 2009; NETTO, 2003; PEREIRA, 2008).

Na segunda parte, fizemos uma análise crítica de artigos científicos e livros que discutem sobre os fundamentos da política social e a alocação do fundo público. Neste momento se sobressaem os trabalhos de (BEHRING, 2008, 2009, 2011; FAGNANI, 2011; SALVADOR, 2010).

Por fim, depois da exposição teórica e crítica sobre a política social, discutimos sobre como as políticas direcionadas aos povos do campo estão sendo amainadas diante do contexto societário de crise estrutural do capital que estamos vivenciando desde os anos setenta. Sobre esta temática trabalhamos com os seguintes autores (CALDART, 2014; MENEGAT, 2012; MÉSZÁROS, 2009).

Neste momento introdutório há de se destacar que: o Brasil, por ser considerado um país subdesenvolvido, estar inserido na periferia do capitalismo em nível mundial e ter sofrido grandiosas consequências sociais em função das ditas “Reformas do Estado” (que foram agravadas pela crise do capital) não conseguiu e nem conseguirá instituir políticas sociais universais. Até porque não é este o objetivo dos formuladores, avaliadores e gestores das políticas sociais capitalistas, marcadas pela heterogeneidade. Apenas pela via destas políticas não é possível alcançar a práxis emancipatória¹ das massas.

Estamos num contexto em que a realidade foi deixando de ser evidente por si mesma, dando espaço à dominação permeada por uma forma cega² e automática em que ocorre o aprofundamento das relações sociais fetichistas. Há de se levar em consideração que o fetichismo não é uma ilusão, mas uma realidade: a autonomização da mercadoria que segue apenas suas próprias leis de desenvolvimento (KURZ, 1997). Os elementos embrionários de uma alternativa histórica estão presentes nos segmentos de massas latino-americanas, que vivenciam situações de profundos carecimentos materiais dada a inexistência de saídas para suprir as necessidades

1 Nem mesmo as políticas sociais que fizeram parte do sistema de bem-estar social europeu tiveram caráter emancipatório no sentido marxista.

2 O filme: “Um ensaio sobre a cegueira” nos mostra através de uma metáfora, o grau de alienação que a humanidade alcançou. Os personagens foram acometidos por uma “cegueira branca” gerados por feixes de luzes intensas, luminosas e brancas que não permitiam enxergar e encontrar soluções para esse mal. A cegueira foi propagada em toda a cidade. As pessoas que a contraíram foram isoladas e começaram a vivenciar um verdadeiro caos social, suas vidas foram desestabilizadas por completo. A partir de então, começaram a disputar os itens necessários para sobreviverem, principalmente a comida que era fornecida por agentes do governo. O filme nos faz refletir nas nossas vidas, desfazendo toda a ilusão do autoconhecimento. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6wyj1V-aKvc>>. Acesso em: 29 out. 2014.

das massas à longo prazo.

A partir de limitações como estas, a crise se agrava e a política se torna ainda mais focalizada na pobreza extrema. Uma das causas desta pobreza advém com o desemprego estrutural que nada mais é do que um resultado histórico.

No Brasil, a ideologia da participação se expressou de forma emblemática no conjunto de direitos de cidadania presentes na Constituição Federal de 1988 que ampliou as funções do Estado no campo das políticas públicas, além de prever a abertura das instituições para a participação regulada em instâncias de controle do uso dos recursos públicos, os quais chegaram tardiamente, quando a crise estrutural do capital já estava instalada nos países de economia central e a viabilidade histórica do estado de bem-estar social já havia se dissolvido com o fim do período expansivo do modo de produção capitalista (ALVES, 2013).

De tal modo, as fraquezas do Estado democrático de direito se referem às condições materiais de distribuição da riqueza num momento em que a crise se acentua. Num tempo em que o crescimento prolongado da economia diminuía, a distribuição se tornou inviável. Como se deu na conjuntura de crise do desenvolvimentismo brasileiro, “a ‘luta de direito contra direito’ após a ditadura deixou do lado de fora parte significativa daquela população excedente que desde sempre esteve acima do ‘normal’” (MENEGAT, 2012b, p. 6-7).

Desta forma, as lutas devem ser pela garantia das políticas, mas ir além delas por meio do fortalecimento dos caminhos de luta não institucionalizados e pela busca de uma nova ordem societária capaz de gerar mudanças socioeconômicas que promovam a equidade.

CONFIGURAÇÕES DAS POLÍTICAS SOCIAIS NO CAPITALISMO TARDIO³

Por dizer respeito a um processo complexo, ambíguo, multideterminado, com raízes analíticas contraditórias e marcadas por intencionalidades se torna difícil fazer uma análise crítica sobre as funções das políticas sociais gestadas pelo Estado capitalista até porque [...] a maior parte da literatura disponível sobre política social tende a superdimensionar seu papel, quando não vê este fenômeno em articulação com outras estratégias político-econômicas (BEHRING, 2011, p. 169).

Desta forma, estes autores, que possuem embasamento social-democrata, ao supervalorizarem as políticas sociais são acrílicos no momento em que não percebem que elas fazem parte da estruturação do sistema reprodutor de mercadorias e atendem principalmente aos interesses do capital. Concordamos com Netto (2003) quando pondera que não devemos pensá-las descoladas da esfera econômica, pois não existe por um lado somente política econômica e por outro políticas sociais.

Para analisarmos as políticas sociais - sejam as executadas diretamente pelo

3 Se refere a forma senil do sistema (MANDEL, 1985).

Estado ou pelos representantes da sociedade civil - há de considerarmos as conexões internas, externas, as suas múltiplas causas e as relações que estão articuladas as mesmas sejam de ordem histórica, econômica e política.

Do ponto de vista histórico, é preciso relacionar o surgimento da política social às expressões da questão social que possuem papel determinante em sua origem (e que, dialeticamente, também sofrem os efeitos da política social). Do ponto de vista econômico, faz-se necessário estabelecer relações de política social com as questões estruturais da economia e seus efeitos para as condições de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora. (...) Do ponto de vista político, preocupa-se em reconhecer e identificar as posições tomadas pelas forças políticas em confronto (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 43).

As políticas sociais lidam com interesses contrários dentro do sistema reprodutor do capital já que resulta da pressão simultânea e opostas dos sujeitos. Desta maneira, a política possui caráter conflituoso justamente por marcar a relação entre pessoas diferentes ou desiguais (BOSCHETTI, 2009).

Por um lado, temos os interesses dos capitalistas em tentar dismantelar direitos, amainar, focalizar e tornar as políticas residuais e por outro, há pressão dos movimentos sociais em tentar fazer valer os preceitos constitucionais, sobretudo no que diz respeito ao acesso as políticas que compõe o tripé da seguridade social⁴ brasileira (saúde, previdência e assistência).

Os idealizadores das políticas sociais neoliberais, de influência neoclássica, têm o interesse em reduzir os custos do Estado⁵ para a consecução destas, possuem o objetivo de aplicá-los em áreas mais rentáveis. Pela lógica de “Reforma do Estado” a eficiência se torna um elemento fundamental, no qual a relação custo-benefício se dá em concomitância com a responsabilidade fiscal em detrimento da área social. Prevalece a eficiência - cálculo entre custo/ benefício por um viés unilateral, não considerando as particularidades que a própria política tem.

Nos anos 1990, por meio do Plano de “Reforma” Gerencial do Estado, proposto pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, há a “desresponsabilização” para com as políticas sociais, passa-se a adotar a lógica de dismantelamento pela retração do Estado. Pelo “gerencialismo” do Estado, adota-se uma visão tecnicista, não tendo a preocupação de como está se dando o processo de implementação da política, mas de como ela repercutirá para o equilíbrio das contas fiscais.

A lógica da consecução do Estado neoliberal significou cortes nos gastos públicos para área social, expansão de políticas compensatórias e focalizadas na

4 Se tornou uma arena de disputas e embates já que “emerge como um dos principais setores candidatos à privatização, graças à sua enorme capacidade de produzir acumulação de capital na área financeira e na ampliação do mercado de capitais, sobretudo o de seguros privados (SALVADOR, 2010, p. 28).

5 No livro “Política Social no capitalismo tardio”, a autora destaca três funções do Estado em sociedades capitalistas: garantir as condições de produção, reprimir as ameaças e integrar as classes dominadas (BEHRING, 2011). Indubitavelmente, ao mesmo tempo em que procuram integrar os sujeitos sociais pelo mecanismo da participação os reprimem em nome do caráter regulatório que exercem.

pobreza extrema, intensa privatização dos serviços e restrições jurídicas ao acesso de benefícios sociais. Assim, o que temos assistido é a redução, restrição de direitos e a expansão do trinômio neoliberal: privatização, focalização e descentralização em detrimento da universalização (BEHRING, BOSCHETTI, 2011).

Todavia, as políticas sociais não são só

Formas de regulação, mas um processo dinâmico resultante da relação conflituosa entre interesses contrários, predominantemente de classes, tem-se colocado, como mostra a história, a serviço de quem maior domínio exercer sobre ela (PEREIRA, 2008, p. 86).

Desta forma, ao passo que podem ter um impacto negativo sobre as forças propulsoras dos movimentos sociais podem representar garantias de direitos sociais, mas ainda que o objetivo seja este, não deve servir para o contentamento e perdas das análises críticas sobre a constituição e papel das próprias políticas. Gestada pelo sistema reprodutor de mercadorias, tem o papel regulatório⁶ e participativo, por isso, é dialeticamente contraditória. Pelo viés da criticidade da análise, os movimentos sociais podem conceber a política social como:

Política de ação que visa, mediante esforço organizado e pactuado, atender necessidades sociais cuja resolução ultrapassa a iniciativa privada, individual e espontânea, e requer deliberada decisão coletiva regida por princípios de justiça social (PEREIRA, 2008, p. 172).

A partir dessas definições teóricas, refletimos que as políticas sociais fazem parte de um mecanismo administrativo implementado pelo Estado capitalista e é orientada por intencionalidades. Para tanto faz-se necessário discutir quais são essas intencionalidades e os fins que perseguem em nossa sociedade. É necessário aprofundarmos nessa temática tão importante para o futuro das próprias políticas sociais, ampliando o debate, realizando uma análise crítica, discutindo orçamento, fazendo uma avaliação das políticas sociais e não se conformando com o modelo endógeno neoliberal.

FUNDO PÚBLICO E POLÍTICAS SOCIAIS: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA

Um item importante, mas que quase não é discutido pelos autores que escrevem sobre política pública é o concernente a destinação do fundo público. A focalização e restrição do acesso aos direitos sociais acontecem devido ao redirecionamento do fundo público para áreas rentáveis ao sistema. Em 1993, foi criado por Fernando

⁶ Boschetti et al. (2009) faz uma interessante análise sobre o papel regulatório do Estado. Sinaliza que existem na história das sociedades duas principais formas de regulação: a coerção e a política. A primeira possui caráter antidemocrático, se dá em períodos ditatoriais e em Estados restritos cujo objetivo é impossibilitar o diálogo. A segunda é exercida pelos Estados democráticos e, apesar do caráter regulatório da própria formulação da política, possibilita a participação dos sujeitos envolvidos no processo de tomadas das decisões.

Henrique Cardoso a Desvinculação das Receitas da União (DRU) o que significou uma grande perda para as políticas sociais ao desvincular vinte por cento das receitas de impostos e contribuições sociais, assim, esta parcela que antes era direcionada a seguridade social passou a ser utilizada para pagamento de outras despesas, como a dos juros da dívida pública⁷ (SALVADOR, 2010).

Deste modo vai se intensificando um Estado mínimo para os trabalhadores e máximo para o capital a partir do momento em que há a desregulamentação de direitos sociais e do incentivo e garantias fiscais para o desenvolvimento dos grandes empresários, sem contar com a intensificação da privatização de setores estatais (BEHRING, 2011). Indubitavelmente “[...] há uma forte tendência de desresponsabilização pela política social - em nome da qual se faria a reforma – acompanhada do desprezo pelo padrão constitucional de seguridade social” (BEHRING, 2008, p. 211).

Sobre o financiamento das políticas sociais há que destacarmos ainda que quem acaba pagando a conta são os trabalhadores já que o sistema tributário brasileiro é altamente regressivo e grandemente incidente no consumo e, ainda assim, há a transferência de recursos da seguridade para o orçamento fiscal. Desta forma, o Brasil “permanece com arrecadação tributária centrada em tributos indiretos, significando que os mais pobres pagam proporcionalmente mais tributos em relação à sua renda que os mais ricos” (SALVADOR, 2010, p. 46).

Como se não bastasse todas as querelas que já destacamos há de se levar em consideração que as políticas sociais sofrem influência dos credores internacionais, o que faz com que aumentem a pressão do Estado em amortecer as tensões sociais. As orientações das agências internacionais para a consecução das políticas sociais são: a focalização associada a seletividade, otimização da relação custo-benefício, estímulo ao setor privado e ao voluntariado (BEHRING, 2009).

O fundo público possui contornos restritivos para a área social já que a estruturação das políticas sociais é marcada por componentes conservadores, os quais obstaculizam as garantias constitucionais delineadas para estas políticas. Não obstante, a restrição de recursos não se dá apenas pela diminuição do orçamento ocasionado pela crise, mas pelas prioridades definidas pelo governo. Assim,

Parcelas importantes da arrecadação de receitas que deveriam ser utilizadas nessas políticas sociais, e poderiam ampliar a sua abrangência, são retidas pelo orçamento fiscal da União e destinadas para o superávit primário. No capitalismo contemporâneo, particularmente no caso brasileiro, ocorre uma apropriação dos fundos públicos vinculados à seguridade social para valorização e acumulação do capital vinculado à dívida pública (SALVADOR, 2010, p. 28).

7 Em consulta ao site da Auditoria Cidadã, verificamos que em 2018, o orçamento geral da união destinou 40,66%, ou seja, 1,065 trilhão de reais para o pagamento de juros e amortizações da dívida, enquanto que para a política de assistência social foi destinado 3,26 % do total. Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/explicacao-sobre-o-grafico-do-orcamento-elaborado-pela-auditoria-cidada-da-divida/>. Acesso em 20/03/2019.

As medidas neoliberais iniciadas nos idos dos anos noventa contribuíram para que o orçamento destinado às políticas sociais continue sendo marcado pela estagnação, corrosão e ausências de saltos quantitativos de alocação de recursos para as políticas sociais.

POLÍTICAS SOCIAIS DIRECIONADAS AOS POVOS DO CAMPO NUM CONTEXTO DE CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Diante da crise, provocada pelo desenvolvimento do capital à nível mundial, milhões de camponeses que produziam seus meios de vida pelo cultivo da terra foram expropriados ou impedidos de acessá-la com a expansão do agronegócio e do latifúndio. Outros milhões ficaram desempregados devido ao “progresso” do capital pelo mecanismo de robotização das fábricas e dos serviços. Consoante o avanço do capitalismo, os movimentos sociais rurais se tornaram mais dependentes das políticas sociais e perderam a espontaneidade nas formas de lutas num cenário em que as políticas sociais se tornaram mais focalizadas, residuais e seletivas.

O Brasil, considerado o “país do futuro” parece não ter mais horizonte. Os processos que buscaram acelerar a modernização fizeram o Brasil situar-se na beira do “abismo”. A realidade dos países periféricos deve ser considerada, o fato constitutivo que origina e define o capitalismo e que, ao mesmo tempo o distingue do capitalismo central, é a sua gênese histórica. Para Arantes (2004), o Brasil nunca chegou a ser uma sociedade burguesa, nem mesmo a América seria mais devido à lógica do capital ter se tornado irreal. As crises que já assolavam as regiões de economia periférica atingem os considerados “países desenvolvidos”. Para esboçar esse processo, Arantes utiliza o termo “brasilianização do mundo”, no qual os países centrais passaram a possuir uma “integração perversa” com o aumento exorbitante do número de desempregados no sistema.

Estudar as formas de resistências das massas do campo se torna fundamental num momento em está havendo um retrocesso no que tange à principal política social encampada pelos povos do campo, ou seja, a de Reforma Agrária popular⁸. Esta se tratou de uma necessidade da resistência para (re)existência das perspectivas do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).

No Brasil, a apropriação das terras favoreceu à expansão da fronteira agrícola capitalista acirrando a desigualdade social. Aos latifundiários foi permitida a concentração quantitativa e qualitativa das terras, o acesso ao crédito, à tecnologia, aos mananciais e às vias de comunicação ao passo que para os camponeses, com a redução e focalização das políticas, o campo que antes era fonte de trabalho passou a ser ponto de opressão.

8 “A Reforma Agrária Popular é um programa de luta que tem em sua base uma análise coletivamente construída sobre a realidade atual, em especial visando à compreensão do bloqueio que sofrem hoje as políticas mesmo parciais, de reforma agrária em nosso país, na relação com o desenvolvimento e crise do capitalismo no mundo” (CALDART, 2014, p. 143).

Tal acontecimento se agrava quando refletimos que estamos vivenciando uma crise estrutural do capital, derivada do desenvolvimento integral do sistema produtor de mercadorias. Esta precisa ser entendida em seu sentido global, que abarca todos os meios e relações, da esfera da produção de mercadorias à de limitação das políticas sociais operadas por meio dos aparelhos estatais. Paradoxalmente, no momento em que as massas de seres humanos mais precisam das políticas sociais devido ao grandioso número de desempregados mais as políticas se tornam seletivas e focalizadas na pobreza extrema. (MÉSZÁROS, 2009).

Na ausência de política sociais significativas para suas demandas, os movimentos sociais rurais resistem às situações de opressão que vivenciam, produzindo elementos incipientes de reestruturação da vida social. O MST buscou extrapolar a luta sindical, se constituiu num amplo movimento social que fosse ao mesmo tempo popular.

Este movimento tem como lema: “ocupar, produzir e resistir”; em sua organização tentam exercer atividades que vão da semeadura de culturas até a organização de escolas para as crianças e alfabetização de adultos. Na ausência de uma estrutura capaz de lhes proporcionar condições mínimas de sobrevivência, estão procurando formas de resistências marginais (MENEGAT, 2012).

As poucas políticas públicas direcionadas a este público têm minimizado as atividades dos assentados. O MST critica a estratégia da implementação da Reforma Agrária que não seja popular, ou seja, que concedem o uso das terras, mas, por outro lado, incentivam o agronegócio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado dos ajustes neoliberais é desalentador. Atesta-se para o crescimento da pobreza, do desemprego e da desigualdade ao passo que aumenta a riqueza e concentração de renda no Brasil. Com os ajustes, o alcance das políticas sociais está se afastando de forma assídua da concepção de garantias de direitos sociais no momento em que deveria ocorrer um salto de qualidade na alocação do fundo público no que concerne a destinação das políticas sociais em tempos de desemprego estrutural. No sistema em que vivemos, a política social sempre foi coligida à acumulação do capital, mas também pode ser vista como um mecanismo de defesa dos sujeitos sociais ao garantir e afirmar direitos, por isso, a participação social destes é fundamental.

Na cena coeva, as formas abstratas de dominação na história se aprofundam, assim sendo, as massas se tornam mais vulneráveis, a implosão do capitalismo está fazendo com que os movimentos sociais busquem alternativas de sobrevivência. Por isso, é fundamental pensarmos nas possibilidades de atuação dos movimentos e suas formas de resistências. Com a ir(racionalidade) do sistema, a crise estrutural global expõe a diminuição das políticas sociais ofertadas pelo Estado sob as circunstâncias da crise sistêmica do capital.

Os ajustes fiscais proferidos pelo Estado fizeram com que as políticas sociais

se tornassem restritas a uma parcela da população e sem perspectivas de mudanças positivas para área social em longo prazo. Há um retrocesso no momento em que as políticas sociais são restringidas pelo chamado ‘ajuste fiscal’, muitas são transformadas em práticas assistencialistas, tendo sua execução implementada também por organizações não governamentais isto quando não são privatizadas.

Para este trabalho mostramos a dualidade da significância das políticas sociais gestadas pelos aparelhos estatais, o que se faz relevante diante do contexto de barbarização da vida societária em que os movimentos sociais rurais são atingidos diretamente. A análise dialética das políticas sociais apesar de pouco discutida é necessária pois ainda é melhor preferirmos o tormento da crítica à escuridão das certezas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. A. F. **Ensaio das formas de resistência na história: crítica do capital e práxis emancipatória**. 2013. 205 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- ARANTES, P. E. **Zero à esquerda**. São Paulo: Conrad, 2004.
- BEHRING, E. R. **Brasil em contrarreforma**. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. Notas para um balanço crítico do SUAS: a título de prefácio. **Em Foco**, n. 5, mar. 2009.
- _____. **Política Social no capitalismo tardio**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. Biblioteca Básica do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2011.
- BOSCHETTI, I. et al. **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- CALDART, R. S. Reforma Agrária Popular e pesquisa: desafios de conteúdo e forma de produção científica. In: CALDART, R. S; Alentejano, P. (Orgs.). **MST: Universidade e Pesquisa**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014. pp. 143-172.
- FAGNANI, E. A política social do governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. In: **Ser Social**, Brasília, v. 13, n.28, p. 41-80, jan./jun. 2011.
- MANDEL, E. P. **O capitalismo tardio**. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Brasil Cultural, 1985. (Os Economistas).
- MENEGAT, M. Sobre essa história que termina antes do fim: Carlos Nelson e o Brasil contemporâneo. 2012. In: BRAZ, M. (Org.). **Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 90-114.
- _____. Unidos por catástrofes permanentes: o que há de novo nos movimentos sociais da América Latina. In: VII Simpósio Nacional Estado e Poder: sociedade civil, 2012b, Uberlândia. **Anais...** Disponível em <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/7snep/docs/005.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

NETTO, J. P. O Materialismo histórico como instrumento de análise das políticas sociais. In: **Seminário Nacional do Estado e Políticas Sociais no Brasil**, Cascavel/PR: Núcleo de Estudos e pesquisas em Políticas Sociais/NEPPS, 2003.

PEREIRA, P. A. P. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.112, p. 729- 753, out./dez. 2012.

_____. Proteção Social contemporânea: cui prodest? **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 116, p. 636-651, out/dez., 2013.

SALVADOR, E. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

Anais do 7º Encontro Internacional de Política social e 14º Encontro Nacional de Política Social ISSN 2175-098X.

SOBRE A ORGANIZADORA

Thaislayne Nunes de Oliveira: Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2013), com especialização na modalidade Residência Multiprofissional em Saúde Pública pelo Hospital Universitário Antônio Pedro (2015). Em 2017 se tornou Mestre em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. E inicia Doutorado no mesmo programa e universidade em 2018, pesquisadora e bolsista vinculada a Coordenação de Aperfeiçoamento da Pesquisa de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na área de concentração Avaliação de Políticas Sociais e linha de pesquisa Avaliação de Políticas de Seguridade Social. Atualmente tem se dedicado a pesquisa com mulheres com câncer de mama, buscando identificar a trajetória do cuidado em saúde e aspectos que podem influir no acesso ao diagnóstico, tratamento e recuperação da doença. Possui experiência profissional na Previdência Social e na Assistência Social, e atualmente é Assistente Social na área da Saúde vinculada ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família, no município do Rio de Janeiro. Atua ainda como palestrante em diversas atividades realizadas pela própria Prefeitura e também pela Universidade Estácio de Sá. A autora possui experiência nas áreas: direitos sociais, políticas públicas, seguridade social, envelhecimento, violência, rede socioassistencial, entre outros.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ações afirmativas 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 176

Adolescentes 30, 102, 114, 118, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 153, 167

Assistencialismo 88, 103

Assistencialista 48, 49, 52, 56, 76, 131, 137, 275

Assistência social 18, 29, 30, 31, 32, 34, 39, 40, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 111, 114, 115, 116, 117, 123, 124, 126, 127, 143, 153, 184, 268, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 285, 292

Ato infracional 118, 119, 124, 128, 152, 153, 154

C

Capitalismo 3, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 30, 33, 56, 60, 63, 67, 72, 97, 107, 108, 109, 111, 115, 119, 120, 121, 122, 127, 146, 147, 180, 196, 271, 272

Capitalista 2, 3, 7, 11, 14, 15, 17, 19, 27, 38, 42, 52, 59, 93, 95, 96, 97, 98, 104, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 121, 127, 145, 148, 149, 151, 153, 185, 192, 194, 195, 196, 208, 271, 277

Cidadania 12, 15, 57, 59, 66, 72, 82, 83, 95, 113, 117, 118, 120, 124, 126, 127, 128, 147, 157, 181, 234, 269, 274

Classes sociais 108, 121, 163, 183, 190, 192, 194

Clientelismo 59, 88

Clientelista 48, 49, 51, 52, 56, 57, 59, 103

Coronelismo 49, 50, 59, 189

Coronelista 48, 49, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 60

Crime 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154

D

Desemprego 15, 20, 34, 38, 50, 86, 100, 105, 121, 123, 146, 148, 181, 205

Desenvolvimentismo e Pós-Desenvolvimentismo 5

Desigualdade 19, 20, 25, 26, 31, 38, 86, 104, 110, 114, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 157, 158, 163, 166, 169, 172, 173, 187, 188, 190, 197, 199, 206, 235, 271, 277

Desigualdade social 19, 38, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 158, 169, 173, 190, 271, 277

Desigualdade socioespacial 194

Determinantes sociais 82, 287, 289

Direitos sociais 13, 17, 18, 20, 38, 59, 60, 70, 76, 77, 104, 120, 121, 127, 174, 181, 240, 274, 275, 284, 292

Drogas 29, 70, 152, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267

E

Encarceramento 145, 146, 150, 151, 152, 154, 155

Estado 4, 6, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 48, 49, 50, 52, 53, 57, 64, 65, 66, 68, 70, 71, 72, 75, 76, 83, 86, 87, 88, 90, 93, 95, 104, 105, 108, 109,

114, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 154, 158, 161, 162, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 177, 180, 184, 185, 186, 192, 193, 195, 207, 213, 235, 236, 242, 243, 244, 270, 272, 273, 274, 275, 277, 278, 280, 283, 284, 285, 288, 291
Exclusão social 46, 109, 114, 174, 189, 192, 272
Extrema pobreza 26, 27, 79, 109, 111, 112, 113, 120

F

Famílias 26, 27, 28, 79, 80, 81, 85, 86, 89, 90, 92, 93, 95, 99, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 134, 136, 138, 163, 180, 201, 207, 209, 240, 273, 275
Focalização 17, 18, 19, 30, 38, 76, 82, 85, 86

G

Gestão de pessoas 213, 214, 215, 225, 231, 232

I

Inclusão social 30, 32, 72, 95, 96, 120, 122, 123, 127, 156, 157, 164, 274

J

Jovens 33, 72, 73, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 126, 130, 132, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 144
Justiça social 17, 27, 87, 105, 121, 123, 184
Juventude 29, 69, 72, 107, 108, 109, 115, 117, 123, 138, 139, 140

M

Marginalização 70, 109, 157, 165, 184, 192
Marxismo 21, 24, 55, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73
Marxista 7, 12, 14, 24, 31, 50, 54, 55, 56, 60, 62, 63, 66, 68, 69, 147
Medida socioeducativa 125, 154
Meio ambiente 8, 186, 190, 193, 196, 247, 248, 249, 251, 254, 256, 258
Mercado de trabalho do assistente social 35
Miséria 27, 79, 82, 83, 168, 169, 174, 186

N

Negros 107, 109, 110, 116, 146, 157, 158, 159, 161, 163, 164, 165, 172, 173
Neoliberal 13, 16, 17, 25, 38, 39, 56, 57, 78, 82, 86, 88, 100, 109, 196, 272, 285
Neoliberalismo 25, 27, 39, 56, 86, 107, 272

P

Pobreza 3, 8, 11, 15, 17, 20, 26, 27, 49, 50, 78, 79, 86, 88, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 109, 111, 112, 113, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 162, 168, 174, 181, 184, 186, 190, 192, 210, 236, 271, 275, 277
Política de habitação 194
Política econômica 15, 25, 26, 30

Política pública 17, 83, 85, 87, 88, 111, 141, 193, 234, 275, 284

Políticas compensatórias 16, 105

Projeto ético e político 42, 46

Proteção social 22, 25, 32, 33, 38, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 88, 90, 95, 96, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 108, 111, 116, 122, 126, 127, 274, 275, 286, 291

Q

Questão social 16, 30, 32, 38, 39, 43, 44, 46, 49, 50, 52, 53, 54, 57, 72, 82, 86, 93, 96, 97, 100, 105, 106, 107, 112, 113, 116, 117, 121, 123, 124, 126, 127, 147, 148, 192, 268, 269, 270, 271, 274, 275, 276, 277

R

Racismo 72, 110, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 172, 173, 174

Refugiados 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177

Relações sociais 14, 31, 36, 37, 43, 44, 71, 98, 101, 115, 117, 122, 126, 164, 165, 177, 183, 185, 189, 190, 194, 276

Religião 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 170, 171, 186

Religiosidade 62, 63, 64, 67, 69, 71, 72, 73

Riscos 41, 86, 96, 100, 105, 112, 114, 163, 164, 202, 251, 262, 266, 280, 287, 289

Riscos sociais 86, 96, 112

S

Saúde pública 196, 242, 245, 256, 259, 280, 282, 284, 285, 287, 289, 292

Seguridade social 16, 18, 22, 32, 75, 79, 83, 85, 87, 89, 90, 94, 105, 111, 272, 273, 275, 276, 287, 292

Seletividade 18, 78, 79, 85, 86, 88

Serviço social 13, 21, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 93, 95, 107, 129, 138, 140, 141, 144, 167, 175, 178, 179, 268, 270, 271, 275, 276, 277, 279, 280, 290, 292

Sistema penal 145, 146, 152, 154

T

Teoria social crítica 1, 2

U

Universalidade 78, 79, 150, 273

Urbanização 50, 107, 112, 114, 180, 181, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 195, 196, 198, 199, 200, 210

Urbano 40, 45, 109, 174, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 210, 254

V

Violência 12, 48, 49, 50, 51, 57, 59, 60, 71, 73, 77, 107, 109, 110, 115, 117, 120, 121, 127, 128, 133, 138, 139, 145, 148, 150, 174, 177, 190, 272, 277, 292

Vulnerabilidade social 95, 96, 100, 101, 102, 105, 111, 112, 115, 138, 139, 141, 209, 277

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-756-7



9 788572 477567